

Moderno, Demasiado Moderno: a perspectiva como teoria política da ação

Raul Francisco Magalhães é professor de Política da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Resumo

Neste texto discutem-se algumas características modernas do pensamento político de Maquiavel considerando, como ponto de partida, o próprio uso que esse autor tem da palavra moderno. O trabalho sugere então que a noção de perspectiva desenvolvida pela arte renascentista é mais do que uma analogia retórica no texto de Maquiavel tratando-se da própria forma como as relações entre a história e a realidade do seu tempo poderiam ser compreendidas. O argumento derivado dessa reflexão é de que o ‘povo’, pensado como um agente coletivo portador de virtù, é um elemento propriamente moderno da teoria política de maquiaveliana e deve necessariamente compor com o príncipe, ator individual portador de virtù, o projeto de criação da moderna Itália.

Palavras-Chave

Maquiavel, Modernidade, Perspectiva, Teoria da ação

Abstract

The article discusses some modern elements at Machiavelli political thought. It Considers, as a starting point, the use of the word modern by the author. The paper then suggests that the notion of perspective developed by renaissance art is more than a rhetorical analogy in Machiavelli, so that it seems to be his own way to conceive the relationship between history and the reality. The resulting argument from this reflection is that the concept of 'people', designed as a collective agent capable of virtù, is a modern element of Machiavellian political theory and must necessarily be matched with the prince, an individual actor capable of virtù, in the project of creation of modern Italy.

Key Words

Machiavelli, Modernity, Perspective, Action theory

Maquiavel escreveu que seu bem mais precioso era, por assim dizer, uma teoria da ação. Tratava-se da ‘cognição/conhecimento/entendimento’ (cognizione) das ações políticas dos grandes homens, ‘impariata da me con una lunga esperienza delle cose moderne e una continua lezione delle antiche[i]’, literalmente, [cognição] ‘aprendida por mim com a longa experiência das coisas modernas e a contínua lição das coisas antigas’. Esse trecho, muito citado como quase todos de O Príncipe, é intrigante por mobilizar, no original e no plural, a palavra moderne para significar algo específico do próprio tempo em que o autor vivia e, simultaneamente, estabelecer um elemento polar às lições dos antigos, disponíveis nos livros de história, como devia saber um humanista cívico. Pensar Maquiavel como moderno é um registro pouquíssimo controverso, aliás, a vulgata que dele é feita diz precisamente que se trata do iniciador do pensamento político moderno ao localizar a política em um locus autônomo, tratando-a com um objeto de pleno direito, desprendida da tutela da ética, da teologia e mesmo da filosofia.

Nessa leitura ele é moderno ao olhar para a ‘realidade efetiva’ das coisas, apreendendo suas dimensões quase sempre antitéticas com preceitos normativos ligados à retórica do bom governo. Sem cursar novamente essa senda, nem desafiar-lhe a bem conhecida propriedade explicativa, cabe lembrar que, no entanto, há outras consequências teóricas importantes derivadas do mero fato do escritor florentino em 1513 usar a palavra moderno em um sentido aparentemente tão próximo do nosso uso conceitual. Basta reler a frase no contexto da saudação a Lourenço de Médici para que a cognição de Maquiavel seja ainda mais moderna pois, além de julgar as narrativas da história com os fatos do presente, ainda lança mão da ideia de perspectiva por meio de uma analogia. Essa técnica, que nos causa a ilusão de tridimensionalidade no desenho, tão gloriosamente conquistada por contemporâneos como Leonardo, é um dos guias do Príncipe, afinal, conhecer é como desenhar e obriga o artista a colocar-se a uma distância reflexiva do que observa. Desta forma um membro do povo poderia compreender as ações de um príncipe melhor que outro príncipe[ii]. “Não é preciso ser César para compreender César” disse um moderno do início do século XX[iii], eis então a conquista da perspectiva na teoria da ação: o analista vê o ator e empresta sentido ao seu movimento. E, assim, procedeu Maquiavel em suas análises históricas, iluminando as boas ou más razões que inspiraram os atores históricos, com os quais ele ilustrou seus preceitos analíticos e normativos.

Se há um sentido ‘antigo’ da palavra ‘moderno’, cujas datações remontam ao latim bizantino do V século da era cristã[iv] (originalmente com o mesmo sentido de algo relativo às coisas que se passam no tempo presente; um novo ‘modus’), ele certamente se perdeu, pois o termo parece desde sempre de atualidade indomável, principalmente no texto de Maquiavel. É sustentável, por uma hermenêutica bem-informada do secretário florentino, desenhá-lo como um homem do seu tempo e pouco disposto a seguir os dogmas da tradição. Sua obra, com certeza, mobiliza tópicos de diversas naturezas, incluindo aqueles da tradição, como reconhecer os poderes da sorte e do acaso, figurando-os por meio da imagem da Fortuna. Essa entidade, pois Fortuna é uma deusa pagã, tinha um arrasador impacto nos cenários que Maquiavel presenciava e reclamava a necessidade de uma compreensão realista da política que, por sua vez, indicava a importância de uma qualidade humana, a virtù, a fim de domar os irracionalismos da deusa. Os atores têm sempre de agir alterando estratégias e lendo a realidade como está disposta pela roda das circunstâncias, desse modo a variação na alma dos homens, ou - a conquista de um self ‘flexível’[v]- é um passo decisivo nos fazeres modernos.

Outro cenário moderno o fez contemplar o poderio de Estados nacionais se constituindo como novas formas geopolíticas levando Maquiavel a argumentar decididamente em favor de uma Itália[vi], ainda inexistente, para fazer frente à insolência francesa, espanhola ou dos principados alemães. Isso significava, nada menos, que desautorizar qualquer proposta sobre a viabilidade do argumento pela autonomia das cidades-estado italianas. Tal discurso era tão operativo até meio século antes, ao passo que nas primeiras décadas de 1500 simplesmente se desmanchava no ar diante das máquinas militares nacionais já formadas. A perspectiva do Maquiavel diplomata, que em missões transmontanas teve a oportunidade de habitar a corte do rei da França e do vacilante imperador germânico, sinalizava irreversivelmente para a fragilidade da República que lhe pagava o salário e para o arcabouço do humanismo da cidade, que defendia a ordem coletiva no governo, basicamente traduzida num conselho aristocrático dos mais poderosos e de alguns intelectuais pagos pelo establishment (como ele próprio)[vii]. A

teoria republicana elaborada desde antes do século XIV desautorizava a hegemonia da forma monárquica, estabelecendo que as cidades italianas eram livres de fato, no sentido de fazerem as próprias leis[viii]. Já havia então um curso de “modernização” da filosofia política do quatrocento (apenas 100 anos antes de O Príncipe), representado justamente pela retomada da dimensão humana do pensamento republicano e pelo uso do modelo circular de história do mundo pagão, pré-cristão, vis-à-vis à linha evolutiva história medieval[ix].

Revela-se aqui um espanto: no caso de Maquiavel, a modernidade não significa a superação apenas de uma longa tradição, no caso a medieval, em prol de uma nova formulação do mundo, ela faz mais do que destruir o antigo, ela é fáustica, eternamente jovem ao destruir continuamente o que, ainda há pouco, era novo[x]. A modernidade segue destruindo-se, erigindo em tradição superável o que antes afirmou como novo. Se o humanismo cívico florentino exortava a autonomia de Florença frente a um império que se chamava de “sacro”, essa autonomia para Maquiavel e suas circunstâncias eram um recente anacronismo. Era uma autonomia retórica, incapaz de fazer frente ao poderio dos soldados dos reis, que nada tinham de sacros, mas que haviam completado os primeiros passos daquilo que Weber descreve como os traços inerentes aos Estados modernos: o príncipe submete, com a ajuda de intelectuais humanistas, as antigas ordens aristocráticas e cria, por meio de um exército centralizado e profissionalizado, um projeto de monopólio cada vez mais consistente da violência e de burocratização do aparato estatal[xi], a começar da tributação. O quanto disso Weber teorizou pensando em Maquiavel é uma pergunta, mas que não precisa desviar o ponto: o texto de O Príncipe compõe um livro moderno até pelo fato de lembrar que, no momento da sua escrita, uma teoria recentemente válida, que prescrevia a autonomia e a liberdade das cidades-estado italianas, perdia suas virtudes explicativas em função de fatos novos. Se a modernidade havia suspenso a tradição medieval agora começava sua autofagia tão característica: demolir precocemente a arquitetura que impunha ao mundo. A cidade republicana dos humanistas cívicos havia de ser a primeira vítima da emergência dos ‘leviatãs’ que iriam protagonizar mais e melhores guerras no seu específico ‘estado de natureza’[xii]. A liberdade das cidades italianas ainda viveria nos discursos, mas não muito nos fatos,urgia que o império (soberania) residisse em um arranjo que a Itália não conheceria antes do século XIX, numa guerra civil cujo sintomático nome viria a ser Risorgimento, uma alusão ao retorno de um grande tempo. Estava-se fundando, tardiamente, a Itália como Estado Nacional sob uma monarquia, uma conclamação feita no último capítulo de O Príncipe.

Querer a “Itália”, e não simplesmente “Florença”, era a lição do tempo, um argumento não facilmente formulável na linguagem republicana do humanismo cívico. Essa era a lição moderna dada pela experiência e pelo entendimento do mundo vivido por um perspectivista: os fatos mostravam, efetivamente, que a potentia de um príncipe, o qual tendo à sua disposição maiores recursos materiais e humanos resultantes da união de um conjunto de principados fragmentados e ex-cidades livres, transformada em um corpo político maior em extensão e força, com uma existência ‘nacional’ poderia submeter qualquer rica e orgulhosa cidade que fizesse profissão de fé em sua autonomia. Maquiavel era cético quanto a encontrar no receituário do humanismo republicano lições maiores para os tempos modernos que as lições derivadas da observação. A capacidade do príncipe em agir virtuosamente deveria ser derivada de sua ousadia e do entendimento do tempo no qual ele vivia e esse era o tempo dos grandes Estados.

Por sua vez há formas de mostrar o quanto fala a renascença republicana no texto de

Maquiavel. O primeiro ponto refere-se à característica do mundo renascentista em usar, persistentemente, os escritos da Antiguidade como referência: Platão, Aristóteles, Cícero eram usados por outros para pensarem sobre o mundo e, numa importante variação, vai Maquiavel, mais prático, ler os historiadores romanos, inclusive para compor *O Príncipe*, pois o ‘espírito genuíno da história’ o obrigava a conhecê-la para dizer o que se deve imitar. Mesmo aí, mesmo sendo obrigado a usar a sabedoria dos antigos, ele se permitia dispensar, de saída, a teoria aristotélico-polibiana das seis formas de governo, introduzindo um modelo dicotômico: repúblicas ou principados são conceitos que explicariam doravante as formas modernas e as antigas de governo[xiii]. De qualquer maneira os historiadores, e não os filósofos, relatavam as coisas mais adequadas ao gosto e aos propósitos de Maquiavel por meio de um passeio teatral que ele mesmo relatou numa carta célebre, na qual se despojava dos trajes do povo e, vestido de cortesão, estudava a história[xiv]. Estudar a história antiga para fundamentar uma leitura dos fatos que se passavam do lado de fora da biblioteca não era exatamente semelhante a uma busca de certa metafísica invariável, subjacente ao relato dos historiadores, e que poderia ser adequadamente aplicada a um contexto semelhante. Não, o procedimento de Maquiavel é radicalmente interpretativo e expressivo, ele usa as imagens da história para criar peças retóricas capazes de mover os intelectos e os afetos, dispondo o leitor para a ação, ao lado dos preceitos extraídos da lição histórica. Dessa forma, não existem cronologia, nem problemas de comparabilidade com os relatos dos fatos do presente, tudo conflui para os argumentos em favor de uma imitação pelos príncipes das lições e preceitos de comportamento que se podem extrair de Agátocles de Siracusa, ou de Cesar Bórgia. A leitura de Maquiavel é, nesse sentido, muito mais analítica que histórica: há uma teoria da ação inscrita na imitação e que se constitui perfeitamente quando o ator escolhe, em um catálogo amplo, os movimentos dos atores históricos os quais é conveniente aplicá-los a tal ou qual situação[xv].

O interessante é que a própria história, como disciplina, é, ao lado do humanismo republicano, outra “vítima” da leitura de Maquiavel. Embora comentaristas de grande peso e erudição mostrem, em Maquiavel, as marcas indeléveis e dos tópicos retóricos das lições contidas nos livros dos antigos romanos[xvi], é preciso ver, no florentino, um intérprete criativo dos textos, e isso é, aliás, bastante claro. Ele de maneira alguma abre mão de considerar que a história, a qual estudava pelas noites a dentro, sem temer a morte e sem a aflição da pobreza que lhe impunha o exílio, é uma construção fragmentada e apropriada por quem a escreve de forma a erigir argumentos para o campo prático dos debates. Não só isso, Maquiavel vai mais longe em dois aspectos: o primeiro é a leitura meta-teórica da história, ou seja, ler os historiadores fê-lo pensar sobre a veracidade dos registros e sua função como lições a serem imitadas, chegando ao ponto, inclusive, de desafiar o que disseram os antigos, algo impróprio ao reconhecimento que os humanistas faziam dessas fontes como emanadoras de luzes que foram acesas no momento mais glorioso dos tempos de Roma. O segundo aspecto problemático consiste em usar a ficção para escrever a história com o intuito de torná-la mais imitável e moralmente adequada ao argumento. No livro II dos seus ‘Discursos[xvii]’ afirmou a impossibilidade de se saber o que realmente ocorreu na história, em razão do compromisso dos historiadores com os vencedores. Depois, em outro trecho, foi mais além e desautorizou os próprios romanos, que atribuíam sua grandeza à fortuna e não, como se lhe afigurava necessário defender, a uma virtude capaz de submeter a fortuna, tópico também presente em *O Príncipe*, escrito anteriormente.

O fascínio de Maquiavel pelas leituras da história o levou a aprender que ela não é feita apenas de fatos memoráveis, mas de esquecimento e do apagar contínuo da memória dos vencidos ao lado do registro das vitórias. E, ao refletir que, para os romanos, a Hungria do seu tempo já se chamara “Panônia”, ou que a Inglaterra fora denominada “Bretanha,” depara-se com o próprio processo moderno de dar novos nomes aos novos fatos e entende que, sem isso, nem mesmo a cristandade poderia ter subsistido, afinal, o paganismo era uma linguagem a ser devidamente apagada[xviii]. Uma história que padece também de forças não humanas como pestes e cataclismas completava um quadro complexo, no qual a narração dos eventos é apenas uma representação possível dos fatos. Da mesma forma, Maquiavel “descobre”, nas reflexões históricas, uma Toscana livre, anterior à dominação romana, que teve sua glória ofuscada na Antiguidade[xix]. Aqui, em pequenos trechos, a história perde a função de “mestra da vida”, com seus exemplos edificantes, e ganha um aspecto de todo mais interessante, presente na observação dos restos e fragmentos que indicam haver mais história vivida que relatada, conquanto não se possa atribuir a Maquiavel nem a característica de antiquário, nem mesmo de arqueólogo, pois os traços semiapagados do tempo, ou as conclusões que extrai da simples comparabilidade dos nomes das regiões na Antiguidade e o seu presente, só lhe interessam por sua função retórica de afirmar um conhecimento da política, que ia além do conteúdo da sabedoria dos antigos, que ele mesmo venerava. É importante destacar é que esse tipo de meditação é estranha aos historiadores romanos e pode-se dizer o mesmo em relação aos gregos

A passagem sobre Plutarco remete ao consagrado uso da díade Virtù/Fortuna e permite a Maquiavel desautorizar inclusive o próprio juízo que os romanos faziam de si mesmos, ao atribuírem sua grandeza à Fortuna, deusa que contava com mais templos que todas as outras, indicando o seu prestígio ratificado pelo historiador[xx]. Para Maquiavel, os romanos deviam sua glória, ao contrário, à sua virtude no uso das armas, pois nada se poderia esperar de divindades, cujo uso era completamente instrumental para animar o vigor das tropas. Há mais problemas nesse ponto, afinal um erudito contemporâneo argumentou que a concepção de uma Fortuna que acompanha servilmente a Virtù era moeda corrente na retórica antiga (Sêneca) e mesmo em outros humanistas do renascimento. O tópico de que se deve resistir e afrontar a Fortuna para seduzi-la também não é original em Maquiavel[xxi]. A saborosa passagem do penúltimo capítulo de O Príncipe, no qual Maquiavel escreve que ‘la fortuna è donna’[xxii] e, sendo mulher, é conveniente submetê-la com violência antes seria um conhecido antídoto humanista à cristianização medieval do conceito, que identificava a Fortuna com a providência, ou com uma entidade cega acima das forças humanas.

A originalidade ou, numa sugestão, a modernidade de Maquiavel para o caso se constitui, talvez, no uso híbrido das duas concepções, e na possibilidade de atar à fatalidade algum tipo de previsibilidade. Ele compreende que a inflexibilidade nos modos de agir, incluindo aí a disposição de ser sempre varonil e desafiador da sorte, não pode ter sucesso duradouro, o que ratifica a crença numa roda da sorte que vai girar, em certo momento, solapando o caráter ousado ou excessivamente prudente do ator, fosse ele Cesar Bórgia, jovem impetuoso, ou Maximiliano I de Habsburgo, sempre vacilante. Mesmo que a Fortuna, como fêmea, preferisse amar o primeiro e desprezar o segundo, ela iria, em certo momento, cansar-se dos arroubos do jovem príncipe, como de fato ocorreu quando Bórgia apostou mais uma vez na ousadia, acreditando que Júlio II, que o odiava, poderia ser um papa adequado às suas ambições, sendo-lhe grato e ficando limitado pela honra de ter sido tornado pontífice com o seu apoio e voto. Era o

momento de ser prudente e a alta cartada de Cesar Bórgia, como tantas anteriores, foi-lhe funesta tão logo Júlio teve poderes para antagonizar-se com o príncipe, dando início à ruína deste. Ao chamar a fortuna de mulher, Maquiavel, a julgar por escritos posteriores sobre o tópico feminino, pensava num ser que, uma vez submetido, poderia, ao revés, causar inúmeras desgraças ao seu controlador, como satirizou em sua ‘favola’ sobre um diabo que vem à Terra verificar se era verdade serem as mulheres a principal causa da frequência dos homens descerem ao inferno[xxiii].

O passo verdadeiramente moderno no trato da Fortuna é dado pela metáfora do rio caudaloso que poderia sempre arrastar tudo quando as chuvas inesperadas o fizessem transbordar[xxiv]. Aqui a engenharia que constrói diques e muda o curso das águas indica uma Fortuna, senão domável, pelo menos mitigável em seus males. A previsão é um recurso privilegiado do ator e implica que os quadros do futuro podem ser antecipados dentro de um conjunto de possibilidades, assim para onde a Fortuna girar há uma resposta que pode estar antecipadamente de posse do agente. Mais que isso, a roda vai girar dentro de um curso, como o rio só transborda a partir do seu leito, os infortúnios são assim antecipáveis e as surpresas apenas consequências da falta de imaginação prospectiva. Ao usar imagem do rio, Maquiavel, com certeza pensou no Arno, que atravessa Florença e é dado a transbordar em ciclos de tempo. Os problemas do rio Arno mereceram uma encomenda a Leonardo da Vinci, que trabalhava como engenheiro e arquiteto militar, em 1502, para o mesmo Cesar Bórgia, quando Maquiavel era Secretário da República[xxv]. A transposição do Arno foi aprovada oficialmente e tinha objetivos maiores que controlar suas enchentes, pois iria dar a Florença canais navegáveis até o mar e também afetar a resistência de Pisa, que ficaria sem água. Sobreviveram os desenhos de Leonardo e sabe-se inclusive que a obra começou, que se desviou dos planos de seu arquiteto e que acabou fracassando. Trata-se, assim, de mais do que uma metáfora aparentemente pensada apenas como escada para o clímax algo erótico[xxvi] do capítulo, proclamando a dominação da fêmea Fortuna pelo macho viril e que concorreria para uma tese principal de que um príncipe novo poderia, contra a própria infausta sorte da terra italiana, resgatar a liberdade. Num certo sentido essa imagem do rio domado pelos diques é o próprio desencantamento da Fortuna pelo trabalho e gênio humanos. Os diques do Arno, suas implicações técnicas e a decisão pública de implementá-los, mesmo que tenham resultado em fracasso (o engenheiro que implantou o trabalho mudou os planos de Leonardo), delineiam os traços modernos, no caso, o domínio técnico da natureza, que circulavam o mundo vivido pelas camadas mais ilustradas da Itália no início do cinquecento.

Quanto ao aspecto da criação literária no relato histórico, a forma como Maquiavel lida com o uso ficcional nos seus argumentos deve ser simplesmente pensada como uma maior liberdade no uso de disposições já presentes na historiografia antiga. Se a escrita de fatos edificantes, aqueles que mereciam ser lembrados e imitados, requeria dos autores uma prosa esmerada e artificial, no sentido de pôr na boca dos personagens discursos ideais, como havia sido estabelecido pelo cânone de Tucídides[xxvii] e imitado pelos romanos, no caso do florentino, há inclusive a opção pela manipulação literária. E um exemplo é sua composição da ‘Vita’ (biografia) de Castruccio Castracani[xxviii], personagem histórico e príncipe “exemplar”. Maquiavel, na sua exposição repleta de adaptações que chegaram a alterar dados reais da biografia histórica, que provavelmente ele sequer necessitava pesquisar, pretendeu, primeiramente, criar um tipo que por suas ações e falas merecesse ser lembrado. Acontece que as falas de Castruccio são em sua ampla maioria, senão todas, invenções

literárias do autor. De qualquer forma elas guardam notável semelhança com os preceitos de O Príncipe, sobretudo na flexibilidade necessária à condução de uma vida de valor.

O tópico da força imanente ao povo nas teorias de Maquiavel se constitui numa outra faceta evidentemente moderna desse autor, que o afasta, nesse caso significativamente, das lições da história antiga centradas em indivíduos notáveis, como ele próprio sabia muito bem retratar. Maquiavel observava que os tempos modernos indicavam a importância do povo das cidades na balança de poder, ainda que a única forma de falar disso fosse pela via indireta da história antiga, para sustentar um elogio inexistente no mundo clássico sobre a razão de se dar à plebe a guarda da liberdade[xxix]. Embora os historiadores romanos reconhecessem o poder de fato dos tribunos da plebe, esses escritores, sempre subservientes ao mito da república, enfatizavam o senado como o baluarte da república e assim da liberdade. Nem mesmo na Grécia temos elogios ao demos[xxx] e apenas Aristóteles, que era filósofo e não consta entre os autores de referência para Maquiavel, reconheceu, com muito cuidado, que havia um argumento em sua época relativo à possibilidade do grande número gerar algum juízo prudente. Mesmo assim, cabe contar Aristóteles entre aqueles que não viam no povo muito mais que um problema a ser resolvido pela engenharia constitucional. Maquiavel, nesse sentido, é muito mais radical e faz do povo romano um ator na geração da grandeza e decadência daquela república. Cabe reiterar, ele ia a Roma para falar de um ator central no seu tempo. Dado que se é verdade que as armas são a garantia do príncipe, não é menos verdade que elas devem estar nas mãos do povo. Este deve ser a base do exército, assim, evitando-se as tropas mercenárias[xxxi]. O reconhecimento do povo como um possível guardião da liberdade, na sua peculiar visão fora algo historicamente experimentado em Roma, não sem efeitos funestos, que ele também admite. Louvar o povo era indicador de um arranjo também possível para o tempo presente e antitético com a solução de Veneza, cujo controle era aristocrático. De qualquer forma é Maquiavel quem vê na plebe romana alguma virtude política e o fato moderno é entender uma história operante por meio de um ator coletivo. Não é o caso de emprestar a Maquiavel conceitos que ele não formulou, porém de sublinhar o quanto ele se via obrigado a construir um espaço para o popolo, por entender o seu peso na manutenção das repúblicas e principados. Se a violência bem usada pode conquistar e manter por algum tempo um Estado, teoria que fez a fama e a desgraça de Maquiavel, o mesmo florentino não via futuro em uma república ou principado que mantivesse constantemente o povo submetido contra sua vontade.

O povo não era, no renascimento, o agente que emergia positivamente como o instituidor dos príncipes. Esta formulação iria ainda muito maturar e, somente no século XVII, em plena revolução moderna, o poder soberano seria pensado como derivado por instituição de indivíduos livres, que geram um corpo coletivo na forma de uma assembleia[xxxii]. Mesmo assim, no século XVII, essa concepção é restrita a certo número de pensadores e não uma ideia aceita como base da vida política legítima, o que só será possível após a revolução francesa, ao final do século XVIII. Afastando então qualquer tentativa de ligar Maquiavel a ideias que ele sequer poderia ter, é bem o caso de discutir como ele estendeu ao povo uma função política que não era própria do arsenal teórico humanista, mas que um habitante realista de uma cidade-estado poderia conceber, mesmo que seus instrumentos de pensador o levassem sempre ao recurso da história romana. Há, evidentemente, de se reconhecer que se o povo das cidades era tão impressionante para a cultura urbana do renascimento, o mesmo não se pode dizer

quanto aos novos Estados europeus que volta e meia ocupavam a Itália, pois esses se garantiam na força de exércitos profissionalizados, pagos pelos abundantes recursos que afluíam à Europa já no século. XVI, e eram centralizados pelos príncipes. Essa ressalva não diminui a agudeza da observação de contar o povo como uma potência específica, ainda que sua visada, as revoltas urbanas que se espalhavam por países inteiros, só se tornassem um terror e um fundamento da política nos séculos vindouros. Num certo sentido, cabe pensar as cidades italianas do renascimento, como seriam as cidades holandesas no século XVII, que geraram nomes como Espinosa[xxxiii], como lugares de experiências muito a frente da realidade europeia, em que pese o seu destino de serem submetidas por “bárbaros” muito mais poderosos.

As aparições do tópico 'povo' em *O Príncipe* são quase sempre para sublinhar que sem esse um príncipe não sobreviverá no poder, ao passo que com os aristocratas o príncipe sempre correrá perigo. Nos 'Discursos', sua defesa da luta de classes atinente à Roma antiga, identificando-a com a causa das leis que protegeram a liberdade, é um componente constante do seu argumento: ter o povo como aliado é tarefa incontornável caso o príncipe queira se apoiar em armas próprias e não depender de mercenários e/ou tropas auxiliares que são um perigo certo após a vitória. O povo entra na equação de um exército fiel, centrado numa boa infantaria. Esse seria o único meio de sustentar um exército “patriótico” em torno de um príncipe novo. O elogio à infantaria com certo desdém para a arma aristocrática, a cavalaria, tecido na *Arte da Guerra*[xxxiv], indica uma faceta recorrente dessa ideia, que tem nos *Discorsi* uma formulação ainda mais ousada e absolutamente chocante para o horror que os humanistas cívicos tinham das sedições entre as classes que compunham a cidade. Na verdade, Maquiavel diz claramente que os conflitos de classe não são funestos, mas, ao contrário, benéficos, pois são as fontes das leis que protegem a liberdade[xxxv]. Numa operação retórica incrível, minimiza o abundante sangue das lutas de classe em Roma, a oposição entre plebe e patrícios, identificando-as com a razão para a glória do Estado. Seu horizonte foi o de imaginar um modelo constitucional criando uma disposição para a busca da grandeza, no qual a institucionalização dos conflitos de classes, a exemplo do que ocorreu em Roma com a adoção do tribunato. Os tribunos significavam na prática dar o direito a esses representantes da plebe de acusarem os membros da aristocracia de traição ao Estado. Por oposição, se for impedido ao povo cuidar da guarda da liberdade, deixando o controle das leis sempre nas mãos da aristocracia, o resultado será muito menos conflituoso, porém muito menos eloquente e tendendo a uma estabilidade sem expansão. Os dois exemplos históricos dessa polaridade são a Roma antiga e, nos seus dias, a sereníssima República de Veneza, rica e politicamente encapsulada por suas oligarquias dominantes. Maquiavel entendia essa polaridade como uma opção dos fundadores da República: quem quisesse a glória que imitasse Roma e quem quisesse a ordem que imitasse Veneza. É improvável que ele imaginasse a criação de uma Itália sem a energia de um povo em armas, dado seu desprezo pelo comportamento rapace dos aristocratas, sempre prontos a colocarem seu egoísmo na frente da causa pública.

O tópico do conflito sofreu grande variação no pensamento de Maquiavel se comparado o tratamento elogioso ao conflito dado nos *Discorsi* ao horror às sedições que aparece na sua última grande obra as ‘*Histórias Florentinas*’[xxxvi], texto no qual Maquiavel assume um olhar mais tradicional, típico do humanismo cívico, condenando os conflitos como deletérios à ordem. Essa mudança pode ser em função da liberdade que o autor tinha ao escrever os ‘*Discursos*’, fruto de suas meditações como um intelectual exilado na própria cidade e que não precisava contentar qualquer patronato, mas apenas

provocar o debate nos círculos intelectuais, que continuaram a acontecer em sua vida nos jardins de Cosimo Rucellai. Em contraposição as ‘Istorie Fiorentine’ foram encomendadas pelos Medici e, por isso, deveriam contentar a grande família aristocrática de Florença. Essa guinada pode encontrar aí uma explicação plausível, porém é interessante notar que Maquiavel evitou nas ‘Histórias,’ condenar o modelo de antagonismo de classes que havia criado nos Discorsi, desse modo, preferindo criticar continuamente as inúmeras guerras de facções entre os aristocratas e as facções entre o próprio povo[xxxvii]. A discórdia civil que surge como preocupante não é aquela gerada pela luta de classes, pela oposição básica entre o popolo e os grandi da cidade, porém são as dissensões internas das classes que colocavam partidos, sobretudo aristocráticos, uns contra os outros. De qualquer forma, esse tratamento do conflito político é bem diferente nas duas obras, embora não seja de todo antitético. Conquanto, mais uma vez, não seja possível encontrar Aristóteles como uma referência forte para Maquiavel, é adequado lembrar que fazia parte do acervo do pensamento político da Antiguidade essa mesma leitura dual do conflito: quando se opõe o demos à aristocracia há uma resultante chamada politeia, o ‘governo constitucional’, celebrado como uma forma virtuosa de ordem[xxxviii]. O próprio Aristóteles, no famoso livro V da Política, onde, pelo realismo da sua visada, foi chamado de “maquiavélico”, descreve as sedições intra-classes, ou seja, a multiplicação de partidos e facções dentro das classes, como uma das fontes principais da corrosão da ordem constitucional da polis. Em Maquiavel, há uma clara isomorfia com essa análise e, pode-se argumentar, que, se ela deriva de Aristóteles, é possível que tenha sido simplesmente incorporada ao acervo da teoria política do mundo clássico, redescoberta pelo Renascimento. Independentemente do grau de originalidade de Maquiavel em encontrar, na oposição de classes, uma fonte de força e, no divisionismo interno, um caminho para a crise das repúblicas, o fato é que ele descreve essas possibilidades sem se referir a qualquer autor, e também é fato que essas passagens não deixaram de provocar a estupefação de seus contemporâneos, como Guicciardini[xxxix], e a admiração de analistas séculos depois.

Há muito mais de Maquiavel sobre o povo, uma vez que ele empresta a esse ser coletivo a própria possibilidade de ser portador de virtù, o que normalmente deveria ser um atributo exclusivo do ator individual. Conceber o povo como um agente coletivo virtuoso é uma novidade moderna de Maquiavel e esse traço não é residual em seu projeto, articulando-se, ao contrário, com a necessidade de integrar a potência de um povo armado ao comando de um príncipe. Essa é a única forma de produzir uma política que tivesse condições de conduzir a ordem ao estágio de soberania, que no seu vocabulário chama-se liberdade. A ideia de liberdade que Maquiavel experimentava, conquanto fosse colorida pelas tintas do modelo antigo de autonomia e autogoverno, algo que somente por ilusão as cidades italianas viviam no nascente século XVI, posto que sempre ocupadas pelas potências estrangeiras, é suficientemente forte para trabalhar o argumento de que ser livre é uma condição de sobrevivência da Itália. A forma de se chegar a isso impõe pensar uma virtude desenvolvida no corpo dos cidadãos, o que é uma solução própria do imaginário republicano, mas tempos modernos exigem soluções modernas, portanto, outro elemento se faz necessário, aí sim antitético ao que se chamava república, pelo menos na cultura que formava os humanistas: trata-se do elogio ao príncipe como salvador da república.

A República começou com a expulsão dos reis e o estabelecimento de formas coletivas para o debate sobre a direção da cidade. Esse é um mito que Roma estabeleceu sobre si e que levava à identificação do governo de um só com a tirania. Por sua vez a tirania era

a perda da liberdade, a usurpação do bem coletivo por um indivíduo incapaz de pensar na cidade acima dos seus interesses, na verdade era um ato de violência completamente avesso à virtude. Essa crença era forte em Roma o suficiente para Júlio Cesar proclamar-se “salvador da república”, evitando a caracterização de tirano, mas tal acusação foi suficiente para mobilizar contra ele a conspiração do senado que levou à sua morte. Pensar-se como antítese da tirania era um tópico central no orgulho da república, que nem mesmo um monge como Savonarola quis desafiar, defendendo a república como a forma mais adequada para Florença. Maquiavel, ao mergulhar sincronicamente na história romana e na história que se passava no seu tempo como movimentos mais que complementares, mutuamente esclarecedores, teve de criar, além de um povo virtuoso, um príncipe salvador da república, o que poder-se-ia taxar, aparentemente, de um oximoro, um paradoxo retórico, feito a partir da linguagem republicana. Como poderia um só homem refundar uma república salvando sua liberdade e ainda fazê-lo conduzindo um exército de cidadãos virtuosos? Há uma notável articulação entre o capítulo final de O Príncipe, quando a exortação pelo príncipe novo que deveria ser o salvador/unificador da Itália, é formulada como uma peroração, com o capítulo nove dos Discursos, quando Maquiavel escreve que é preciso estar só para se reformar uma república de modo inteiramente novo. O tempo moderno justificava o recurso ao paradoxo.

O paradoxo começa com a lembrança de que Maquiavel era um republicano e que usava essa linguagem para reclamar para a Itália a unificação por um príncipe, que forjasse esse novo país, retomando a sua liberdade, alicerçada na virtude dos seus cidadãos, transformados numa potência coletiva devidamente armada e bem dirigida. O paradoxo se completaria com a constatação de que principados sem boas armas e sem o apoio do povo não sobrevivem, mesmo que os tempos fossem dos príncipes e não das repúblicas. A solução para esse paradoxo é semelhante à junção de duas formas degeneradas de governo, assim como, na teoria política grega, oligarquias e democracias são mescladas para se obter o equilíbrio no governo constitucional. Maquiavel recusava a teoria das seis formas de governos pela incapacidade de qualquer delas durar, porém ao substituir a teoria polibiana pela bipartição, entre principados e repúblicas, ele não recusava o cerne da teoria, a saber, que as formas puras, fossem governos coletivos republicanos, ou fossem formas centradas em um só príncipe, seriam sempre instáveis, reclamando a forma mista de governo como uma solução que superasse tal instabilidade. Se os Discorsi é uma obra que se ocupa do estudo das repúblicas, ela é ainda mais dedicada a pensar como superar os problemas intrínsecos da forma republicana. As inúmeras considerações sobre a ação dos príncipes presentes no texto dos ‘Discursos’, com destaque para a fórmula do reformador individual da república, são muito mais que uma disciplina temática de Maquiavel, que aparentemente misturava assuntos sem maior rigor. A mirada para os principados também presentes nos Discorsi é um exercício de fusão das duas formas puras de governo, com o fim de criar, no melhor estilo antigo para responder ao fato moderno, uma forma de organização mista. Dessa maneira os temas republicanos da liberdade e da virtude dos cidadãos que eclodem dentro do Príncipe e são chamamentos para a missão republicana inscrita no projeto de uma Itália livre.

É comum pensar certos autores como culminações de uma trajetória, que esgotam as possibilidades de um tempo e de uma linguagem. O Renascimento vive com Maquiavel essa característica, afinal, após sua partida, a convicção teórica e estética da reflexão política foi, por força do tempo, abandonando a história de Roma e enfrentando-se com

questões mais “irracionais” relativas à fundamentação do poder dos príncipes cristãos, que se tornaram a força que dilacerou a continuidade do século XVI, profundamente impactado pela emergência das guerras religiosas em torno da reforma da cristandade iniciada por Lutero, e pela república teocrática de Calvino, que em nada precisava da história romana. O barroco contrarreformista rapidamente se instalou com suas torções na perspectiva e na recepção negativa de Maquiavel que se espalhou dando início à construção da imagem do pensador do mal, ou pelo menos do mau cristão, enquanto os príncipes eram obrigados a apenas parecerem piedosos, a dificilmente manterem suas palavras dadas e, é claro, a praticarem a violência “bem usada” para permanecerem no poder. Maquiavel é, dessa forma, o auge e o fim do pensamento político do renascimento e sua trajetória moderna também foi dual, pois o tempo seguiu uma espiral que consagrou o florentino negativamente, mas sem nunca deixar de ler O Príncipe, até que seu gênio foi plenamente reestabelecido pelo século XX, aparecendo hoje como um pensador “clássico”, objeto de investigações e revisitações sem fim. As razões dessa frequência, no que toca à teoria política, devem ser vistas na necessidade que os fluxos da modernidade têm de formulações que constituem seu cerne desde o renascimento e foram os instrumentos de Maquiavel: o olhar analítico para os fatos, a certeza de que esses são formados pelas ações humanas em interação com as forças que elas mesmas desencadeiam, normalmente além do controle dos atores, que apenas são virtuosos se não se recusarem a continuar a tarefa de conformar a realidade.

[i] Machiavelli, *Il Principe*, 2011, p. 6.

[ii] “(...) assim como aqueles que desenham a paisagem se colocam nas baixadas para considerar a natureza dos montes e das altitudes e, para observar aquelas, se situam em posição elevada sobre os montes, também, para bem conhecer o caráter do povo é preciso ser príncipe e, para bem entender o do príncipe, é preciso ser do povo.” (Maquiavel, *O Príncipe*, 1983, p. 4).

[iii] Weber, *Conceitos sociológicos fundamentais*, In: *Economia e Sociedade*, p. 4. A frase de Weber refere-se ao problema de aplicar a teoria da ação à história, uma vez que o analista não tem o recurso ao sentido subjetivo que o ator tinha em mente para dar razões ao seu ato. Desta forma, o analista deve imaginar sentidos plausíveis para a ação e, portanto, trata-se de ver o ator em perspectiva, pois não se pode habitar a sua subjetividade.

[iv] Moderno, como algo “existindo agora” entra para o vocabulário corrente no francês e do italiano a partir do século XV (no renascimento, então) e remonta ao gramático bizantino Prisciano e também aparece no romano tardio Cassiodoro. Essas são, aparentemente, as únicas fontes etimológicas conhecidas desse termo. A propósito ver: <http://www.etymonline.com/index.php?search=modern>.

[v] A teoria de que o renascimento tem como característica definir uma nova forma de subjetividade nos indivíduos, que passariam a lidar com um self mutável, tanto na direção vertical, marcada pela escolha entre a virtude e a vida mundana, quanto na direção horizontal, permitindo ao indivíduo ter mais de uma profissão e mais de uma identidade é uma conquista da literatura daquela época, conforme Greene, *The Flexibility of the Self in Renaissance Literature*, 1968.

[vi] Maquiavel, O Príncipe, cap. XXVI.

[vii] O Maquiavel diplomata está bem-desenhado na excelente biografia que lhe fez Roberto Ridolfi, Biografia de Nicolau Maquiavel, cap. IV a VIII, além de X e XI. Quentin Skinner também deixa claro a influência da atividade diplomática na mudança de entendimento que o Secretário teve da experiência republicana, no seu precioso e sintético ‘Maquiavel’, p. 14-39.

[viii] Skinner, As fundações do pensamento político moderno, p.25-45. Esse é o grande livro de referência sobre o período e cabe indicar também, para a noção de liberdade no humanismo cívico em Maquiavel, o livro de Bignotto, Maquiavel Republicano, cap. I e II.

[ix] Sobre o tempo circular no pensamento renascentista e em Maquiavel é recomendável o ensaio de Newton Bignotto, O círculo e a Linha, in: Tempo e História.

[x] Essa imagem fáustica da modernidade, um processo que libera forças que moem a tradição e, em seguida, começam a destruir a si mesmas, recriando-se em espaços de tempo cada vez mais curtos, deve-se a Marshall Bermann, Tudo que é sólido desmancha no ar, 2007.

[xi] A tese de que o moderno Estado assenta-se no monopólio da violência instituído por um príncipe, contra a aristocracia, usando o suporte dos letrados humanistas está em Weber, A política como vocação, 1982.

[xii] Hobbes, pouco mais de um século depois de Maquiavel, caracterizou as relações internacionais como um permanente estado de guerra, próprio da natureza, uma vez que faltava aos Estados um leviatã próprio, que fosse o seu juiz e obrigasse a todos pelo medo da punição. Hobbes, Leviatã, 1979, cap. XIII p. 77.

[xiii] Essa observação é de Bobbio, Teoria das formas de governo, p 73-74 e fica melhor ilustrada pelo próprio Maquiavel: ‘Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio’, Livro I cap.II, p. 21-27.

[xiv] Maquiavel, Carta a Francesco Vettori, in O Príncipe p. 149-153. A passagem da carta que assinala exatamente a flexibilidade do self maquiaveliano, passando da identidade de homem do povo à de cortesão da história, é a seguinte:

“Chegada a noite, retorno para casa e entro no meu escritório; na porta, dispo a roupa quotidiana, cheia de barro e lodo, visto roupas dignas de rei e da corte e, vestido assim condignamente, penetro nas antigas cortes dos homens do passado onde, por eles recebido amavelmente, nutro-me daquele alimento que é unicamente meu, para o qual eu nasci; não me envergonho ao falar com eles e perguntar-lhes das razões de suas ações. Eles por sua humanidade, me respondem, e eu não sinto durante quatro horas qualquer tédio, esqueço todas as aflições, não temo a pobreza, não me amedronta a morte: eu me integro inteiramente neles. E, porque Dante disse não haver ciência sem que seja retido o que foi apreendido, eu anotei aquilo de que, por sua conversação, fiz capital, e compus um opúsculo De Principatibus, onde me aprofundo o quanto posso nas cogitações deste assunto, discutindo o que é principado, de que espécies são, como são adquiridos, como se mantêm, porque são perdidos.

[xv] Maquiavel, Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio, Livro I, Introd., p. 18. In verbis:

"(...) O resultado é que os que se dedicam a ler a história ficam limitados à satisfação de ver desfilar os acontecimentos sem procurar imitá-los, julgando tal imitação mais do que difícil, impossível. Como se o sol, o céu, os homens e os elementos não fossem os mesmos de outrora; como se sua ordem, seu rumo e seu poder tivessem sido alterados",

[xvi] Esse é o caso de Skinner, no seu 'Maquiavel', onde o florentino sempre é caracterizado com um aplicador de retóricas que já existiam nos autores romanos, o ponto aqui é afirmar que Maquiavel também foi obrigado a inovar perante essa tradição, mesmo que operasse a partir dela.

[xvii] A primeira tradução brasileira dos Discorsi, aqui usada, preferiu chamar o livro de 'Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio'. Uma vez que a língua portuguesa permite perfeitamente falar em 'Discursos', assim será grafado, a não ser nas citações bibliográficas.

[xviii] Maquiavel, Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio, Livro II, p. 215-217.

[xix] Ibidem, p. 199-201.

[xx] Ibidem, Livro II, cap. I, p. 193-195. Em seus termos:

"Muitos historiadores, entre eles Plutarco — escritor de grande peso —, sustentam que a expansão do império romano se deveu mais à sorte do que à virtude. Entre os seus argumentos, Plutarco cita a confissão dos próprios romanos, que atribuíam suas vitórias a Fortuna, deusa que tinha mais templos do que qualquer outra divindade. Tito Lívio parece também pensar assim, pois é raro, ao citar uma figura importante, que não mencione, ao lado do seu valor, sua sorte".

"Este, contudo, não é meu pensamento; e não creio que uma opinião diversa possa ser bem sustentada. Se nunca existiu outra república que tivesse feito conquistas iguais às de Roma, isto se deve a que nenhuma outra teve, desde o início, instituições tão apropriadas a este fim. Foi a coragem dos seus soldados que Roma deveu as conquistas; mas foi à sua sabedoria, à sua conduta e ao caráter especial que lhe imprimiu seu fundador que deveu a conservação dessas conquistas, como demonstraremos amplamente em vários dos capítulos seguintes."

[xxi] Skinner, Maquiavel, p. 47-53.

[xxii] Machiavelli, Il Principe, op. cit. p. 53.

[xxiii] Maquiavel, Belfagor, o Arquidiabo, 1980. O diabo se transforma em um homem comum, tendo um grande dote escolhe Florença para viver de renda e, apaixonando-se por uma bela florentina, vai progressivamente se arruinando ao satisfazer-lhe os caprichos. Nos Discorsi (livro III, cap. XXVI) intitulado 'Como as mulheres podem arruinar um Estado' ele verifica que mais de uma vez o ultraje às mulheres geraram inúmeras guerras e derrocadas de monarcas. Assim sendo a fortuna uma mulher a confiança que se poderia ter nela era bem problemática.

[xxiv] Maquiavel, O Príncipe, p. 140.

[xxv] O encontro de Maquiavel e Leonardo ocorreu em Ímola O primeiro como observador diplomático de Florença e o segundo como engenheiro militar de Cesar Bórgia. Uma vez que nenhum dos dois deixou relato direto dessa convivência ela jamais foi bem enfatizada pelos biógrafos, não obstante haver indícios muito enfáticos de que os dois tiveram um convívio profissional conforme aparece em pesquisa recente. O encon-

tro dos dois talentos teve desdobramentos no projeto do rio Arno e está bem retratado no livro de Roger Masters, *Da Vinci e Maquiavel, um sonho renascentista*, 1999.

[xxvi] Skinner, Maquiavel, pp. 50-51, considera que esse aspecto erótico era um acento específico de Maquiavel descrevendo um “prazer perverso” da fortuna em ser brutalmente submetida. O problema como se sabe é que as mulheres de Maquiavel uma vez submetidas tornam-se tiranas.

[xxvii] Tucídides, *História da guerra do Peloponeso*, 1987. Os discursos que Tucídides põe na boca de suas personagens são peças de retórica que recriam alegoricamente os diferentes pontos de vista que fazem a história. Esse modelo, imitado pelos romanos, está presente no Maquiavel historiador de Florença e em outras invenções suas, afinal, uma vez que se tratava também de um poeta e dramaturgo não era exatamente difícil para ele criar falas para suas personagens.

[xxviii] Maquiavel, *A vida de Castruccio Castracani*, 1980.

[xxix] Maquiavel, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, Livro I, cap. V, p. 33-35.

In verbis:

“Aqueles que agiram com maior tino ao fundar um Estado incluíram entre suas instituições essenciais a salvaguarda da liberdade; e os cidadãos puderam viver em liberdade um tempo mais ou menos longo, segundo tal salvaguarda tenha sido mais ou menos bem formulada. Como em todos os Estados existem aristocratas e ple-beus, pode-se bem perguntar em que mãos a liberdade estaria melhor savalguardada”-

“Em outros tempos, os lacedemônios a confiaram aos nobres, como o fazem em nossos dias os venezianos: já em Roma, ela estava nas mãos do povo. É necessário, portanto, examinar qual dessas repúblicas fez melhor escolha. Se considerássemos os seus motivos, teríamos muito a dizer em favor de cada lado; examinando os re-sultados, contudo, dar-se-á a preferência à nobreza, porque em Esparta e em Veneza a liberdade teve vida mais longa do que em Roma”.

“No entanto, para chegar aos motivos, e tomando os romanos como exemplo direi que se deve sempre confiar um depósito a quem tem por ele menos avidez. De fato, se considerarmos o objetivo da aristocracia e do povo, perceberemos na primeira a sede do domínio; no segundo, o desejo de não ser degradado - portanto uma vontade mais firme de viver em liberdade, porque o povo pode bem menos do que os poderosos ter esperança de usurpar a autoridade. Assim, se os plebeus têm o encargo de zelar pela salvaguarda da liberdade, é razoável esperar que o cumpram com menos avareza, e que, não podendo apropriar-se do poder, não permitam que outros o façam”.

[xxx] A observação de que inexistente um grande texto de elogio à democracia no mundo antigo é de Moses Finley, *A democracia antiga e moderna*, 1988. Segundo o historiador norte-americano quase tudo que sabemos da democracia antiga sobreviveu nos textos dos críticos da democracia.

[xxxii] Esse tema é central e articula o cap. XII e XIII do *Príncipe* com a posterior redação da *Arte da Guerra*.

[xxxiii] Tal é a fórmula básica do contratualismo, a partir de Hobbes, *Leviatã*, 1979, o poder soberano passa a ser instituído, ou seja, a sujeição à espada do Estado é um ato voluntário dos que vão obedecer. Maquiavel não está ainda, com certeza, em um regis-

tro como o de Hobbes, mas já existe em Maquiavel a noção de uma missão do príncipe em proteger o povo, até para evitar sedições e há, em contrapartida, o entendimento de que o povo pode resistir a obedecer quem o hostiliza.

[xxxiii] A ideia de um povo que formando um corpo multiplica sua força (potentia) e torna-se base de uma virtuosa republica democrática é uma conclusão radical do Tratado Teológico-Político, 2003, de Bento de Espinosa. Essa é uma ideia radical para o séc.XVII e acima das possibilidades históricas e teóricas de Maquiavel, mas em ambos os autores a força do povo é a garantia de qualquer ordem livre possível.

[xxxiv] Maquiavel, A arte da guerra, 1980. Livros III a VI.

[xxxv] Maquiavel Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio, Livro I, cap. IV, p. 31-32.

In verbis:

“Não quero silenciar sobre as desordens ocorridas em Roma, entre a morte dos Tarquínios e o estabelecimento dos tribunos. Mas não aceitarei as afirmativas dos que acham que aquela foi uma república tumultuada e desordenada, inferior a to-dos os outros governos da mesma espécie a não ser pela boa sorte que teve, e pelas virtudes militares que lhe compensaram os defeitos. Não vou negar que a sorte e a disciplina tenham contribuído para o poder de Roma; mas não se pode esquecer que uma excelente disciplina é a consequência necessária de leis apropriadas, e que em toda parte onde estas reinam, a sorte, por sua vez, não tarda a brilhar”.

“Examinemos, porém, as outras particularidades de Roma. Os que criticam as contínuas dissensões entre os aristocratas e o povo parecem desaprovar justamente as causas que asseguraram fosse conservada a liberdade de Roma, prestando mais atenção aos gritos e rumores provocados por tais dissensões do que aos seus efeitos salutares. Não querem perceber que há em todos os governos duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática. Todas as leis para proteger a liberdade nascem da sua desunião, como prova o que aconteceu em Roma, onde, durante os trezentos anos e mais que transcorreram entre os Tarquínios e os Gracos, as desordens havidas produziram poucos exilados, e mais raramente ainda fizeram correr o sangue”.

[xxxvi] A passagem das Histórias Florentinas, 1994, p.223 é :

“Costumam as províncias, as mais das vezes, nas mudanças a que são submetidas, da ordem vir à desordem, e novamente, depois, passar da desordem à ordem: porque não estando na natureza das coisas deste mundo o deter-se, quando chegam à sua máxima perfeição, não mais podendo-se elevar, convém que precipitem; e de igual maneira, uma vez caídas pelas desordens chegadas à máxima baixaza, necessariamente não podendo mais cair convém que se elevem: assim, sempre do bem se cai no mal e do mal eleva-se ao bem, porque a virtude gera tranqüilidade, a tranqüilidade o ócio, o ócio, desordem, ruína; e igualmente, da ruína nasce a ordem, da ordem a virtude, e desta, a glória e a prosperidade”.

[xxxvii] Esse ponto é explorado num estudo específico por Gilela Bock, Civil discord in Machiavelli's *Istorie Fiorentine*, in *Machiavelli and Republicanism*, 1990.

[xxxviii] Aristóteles, Política, 1982, 1295 b, p. 835. Uma importante ressalva: em Aristóteles essa oposição de classes deve ser mitigada pela existência de uma classe média que funcionaria como um amortecedor do conflito e seria a base social da constituição

mista. Esse tipo de engenharia social é totalmente estranha a Maquiavel e o paralelo se quem em ambos é a oposição dos contrários que gera harmonia da lei.

[xxxix] Skinner, Maquiavel, p.103.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. Política, in: *Obras*. Madrid, Aguilar, 1982.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é solido desmancha no ar*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo, Loyola, 1991.

BIGNOTTO, Newton. O círculo e a linha, in: *Tempo e História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BOBBIO, Norberto: *A teoria das formas de governo*, Brasília, UNB, 1980.

BOCK, Gisela. *Civil discord in Machiavelli's Istorie Fiorentine, in Machiavelli and Republicanism*, Cambridge, Cambridge UP, 1990.

ESPINOSA, B. *Tratado teológico-político*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

FINLEY, Moses I. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

GREENE, Thomas. The Flexibility of the self in Renaissance Literature in: *The Disciplines of Criticism*, New Haven - London, Yale UP, 1968.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*, São Paulo, Abril, 1979.

MACHIAVELLI, Niccolò. Il Principe in: *Tutte le opere storiche, politiche e letterarie*. Roma, Newton & Compton Editori, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. Brasília, UNB, 1980.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A vida de Castruccio Castracani*. Brasília, UNB, 1980.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Belfagor o arquidiabo*. Brasília, UNB, 1980.

MAQUIAVEL, Nicolau. Carta a Francesco Vettori in: *O Príncipe*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a Primeira década de Tito Lívio*, Brasília, UNB, 1979.

MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*, São Paulo, Musa, 1994.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

MASTERS, Roger. *Da Vinci e Maquiavel, um sonho renascentista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel*, São Paulo, Brasiliense, 1988.

RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*, São Paulo, Musa, 2003.

TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso.* Brasília, UNB, 1987.

WEBER, M. A política como vocação, in: *Ensaio de sociologia.* Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.

WEBER, M. Conceitos sociológicos fundamentais in: *Economia e sociedade, vol 1.* Brasília, UNB, 1991.